



Território da Cidadania Sertão do Apodi (RN)

Célula de Acompanhamento e Informação (CAI)

Projeto: INOVAÇÃO, DIVERSIDADE E SUSTENTABILIDADE NA GESTÃO DE TERRITÓRIOS RURAIS: monitoramento e avaliação do desenvolvimento do Assu-Mossoró e do Sertão do Apodi (RN)

Emanoel Márcio Nunes (Coordenador)

Professor do Departamento de Economia da FACEM/UERN – Pesquisador CNPq
E-mail: emanoelnunes@uern.br

Thiago Ferreira Dias (Professor colaborador)

Professora do Departamento de Agrotecnologia UFERSA – Pesquisador CNPq
E-mail: tfdpe@yahoo.com.br

Fátima Lima Tôres (Técnica)

Pedagoga – Responsável pela Célula de Acompanhamento do Território Sertão do Apodi
E-mail: fatmalima@hotmail.com

Antonio Caubi Marcolino Tôres (Bolsista)

Geógrafo – Bolsista ATP-A Célula de Acompanhamento do Território Sertão do Apodi
E-mail: caubitorres@hotmail.com

Francisco Barbosa Sobrinho (Bolsista)

Economista – Bolsista ATP-A Célula de Acompanhamento do Território Sertão do Apodi
E-mail: f.b.lucena@hotmail.com

Relatório Analítico 2011



Mossoró, 30 de setembro de 2011.

Sumário

Sumário.....	2
1. Contextualização.....	3
2. Identidade Territorial.....	12
3. Capacidades Institucionais.....	14
4. Gestão do Colegiado.....	18
5. Avaliação de Projetos.....	22
6. ICV.....	24
7. Análise integradora de indicadores e contexto.....	35
8. Propostas e Ações para o Território	41
ANEXO: Validação de Instrumentos e Procedimentos.....	42
Referências	43



1. Contextualização

O Território Sertão do Apodi abrange a área de 8.280,20 km², é composto por 17 municípios: Apodi, Campo Grande, Itaú, Janduís, Rodolfo Fernandes, Umarizal, Caraúbas, Felipe Guerra, Governador Dix-Sept Rosado, Messias Targino, Olho-d'Água do Borges, Paraú, Patu, Rafael Godeiro, Severiano Melo, Triunfo Potiguar e Upanema.

O Território está localizado na Zona Homogênea do Estado do Rio Grande do Norte, denominada Médio Oeste, no semi-árido nordestino. Caracteriza-se, de acordo, com a Secretaria de Desenvolvimento Territorial, do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, por ser um território tipicamente rural, em razão da população total dos municípios serem inferior ou igual a 50 mil habitantes. É uma das regiões potiguares de maior capital social, onde existem mais de 120 grupos produtivos, compreendendo associações, cooperativas, ONGs, sindicatos e assentamentos. Segundo o PTDRS (2010), possui 9.453 agricultores familiares, 2.860 famílias assentadas e 01 comunidade quilombola. Seu IDH médio é 0,63.

1.2 - Perfil da população

De acordo com a Figura 1, a população total do território é de 157.203 habitantes, dos quais 64,51% residem na zona urbana e 35,49% vivem na área rural (IBGE, 2011). Comparando com dados do censo realizado em 2007, no qual a população total foi de 155.304 habitantes, houve um crescimento populacional entre 2007 e 2010 de 1,15% no território.

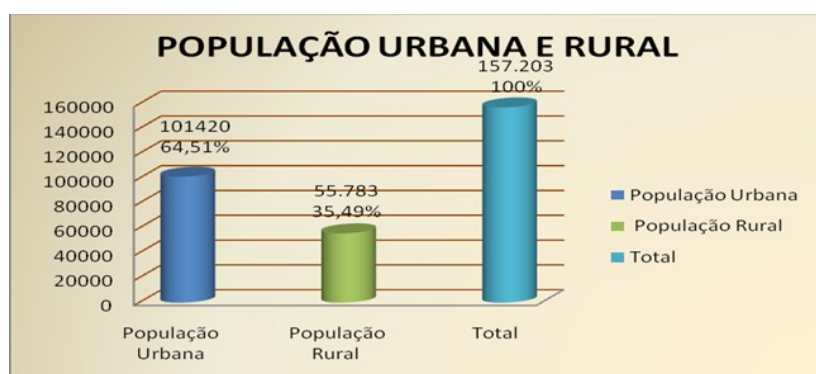


Figura 1: População Urbana e Rural no Território Sertão do Apodi

Fonte: IBGE: Contagem Populacional, 2010.

Na subdivisão dos habitantes em urbanos e rurais observa-se que há uma tendência ao êxodo rural. Pois, se em 2007 os residentes urbanos eram de 94.663 habitantes, em 2010 este quantitativo elevou-se a 101.420, enquanto isso, os que viviam na zona rural em 2007 eram 60.641, já em 2010 essa população diminuiu para 55.783 habitantes. Ao apresentar os dados em termos relativos, entre 2007 e 2010 constatou-se um crescimento da população urbana de 6,7% e no meio rural houve redução de 8,0%. Isso significa que a diminuição da população rural foi maior do que o crescimento do contingente urbano. Deve-se considerar nessa análise o processo migratório da zona rural para outras partes do estado ou País.

Ao analisar a tabela 1, percebe-se que a maioria da população do território, 64,63% é composta por pessoas com faixa etária entre 15 e 65 anos de idade. Isto representa uma boa parcela da população economicamente ativa e que está dividida entre o sexo feminino e masculino.

Tabela 1: População total do território por faixas etárias

Faixas Etárias	Até 14 anos		De 15 a 65 anos		Mais de 65 anos		Total	%
	Quant	%	Quant	%	Quant	%	Total	%
Feminino	18.933	49,34	50.688	49,91	8.907	51,83	78.528	49,98
Masculino	19.441	50,66	50.865	50,09	8.278	48,17	78.584	50,02
Total	38.374	100	101.553	100	17.185	100	157.112	100



Fonte: IBGE, 2010.

Em relação à composição da população no território por gênero, a Tabela 1 apresenta que do total absoluto de habitantes 49,96% são do sexo feminino e 50,04% do masculino. De um lado, há o grupo formado por aqueles com idade entre 0 e 14 anos, o que representa 24,42% e do outro, os que estão numa faixa de idade acima de 65 anos, que constitui apenas 10,93% da composição populacional. Conforme IBGE (2010), a população de até 14 anos de idade e acima de 65 anos, correspondem a 35,35% da população total do território.

Ao considerar que esse território dispõe de elevado quantitativo da população na faixa etária economicamente ativa, esta necessita de oportunidades de trabalho, renda, educação e capacitação. Há no território municípios que dispõem de experiências localizadas de trabalho coletivo, que envolve jovens, mulheres e homens nessas faixas etárias, com o intuito de gerar renda e desenvolver a agricultura familiar, adotando os princípios da economia solidária.

Tabela 2: População do Território por Municípios

Fonte: IBGE/2010.

Município	Até 14 anos (%)		15 a 65 Anos (%)		65 Anos e mais(%)		Total (%)	
	FEM	MASC	FEM	MASC	FEM	MASC	FEM	MASC
Apodi	48,00	52,00	50,15	49,85	52,79	47,21	50,01	49,99
Caraúbas	48,80	51,20	51,18	48,82	56,38	43,62	51,12	48,88
Felipe Guerra	49,15	50,85	49,82	50,18	52,77	47,23	49,96	50,04
Governador	47,93	52,07	48,95	51,05	51,92	48,08	48,94	51,06
Campo Grande	49,30	50,70	48,93	51,07	51,98	48,02	49,31	50,69
Itaú	48,14	51,86	51,27	48,73	52,46	47,54	50,73	49,27
Messias Targino	47,73	52,27	49,98	50,02	52,90	47,10	49,40	50,60
Olho D'água	54,79	45,21	49,02	50,98	50,68	49,32	48,52	51,48
Paraú	48,33	51,67	50,36	49,64	52,81	47,19	50,11	49,89
Patu	48,86	51,14	50,65	49,35	54,17	45,83	50,80	49,20
Rafael Godeiro	49,80	50,20	45,91	54,09	69,01	30,99	49,82	50,18
Rodolfo Fernandes	48,85	51,15	48,26	51,74	67,00	33,00	50,81	49,19
Severiano Melo	49,45	50,55	49,75	50,25	52,68	47,32	50,19	49,81
Triunfo Potiguar	47,13	52,87	44,62	55,38	63,61	36,39	47,44	52,56
Umarizal	56,40	43,60	50,66	49,34	40,71	59,29	50,95	49,05
Upanema	49,17	50,83	50,30	49,70	35,44	64,56	48,28	51,72
Janduí	51,83	48,17	49,32	50,68	51,92	48,08	50,42	49,58



Destacando a composição da população por faixas etárias em alguns municípios (tabela 2), cita-se o município de Apodi com 34.763 habitantes sendo que 69,57% destes encontram-se numa faixa de 15 e 65 anos de idade. Logo em seguida apresentam-se aquelas de 0 a 14 anos, formada por 22,33% e por último vêm os habitantes com mais de 65 anos composto por 8,10% do total.

Outro município considerado populoso no território é Caraúbas que conta com 19.576 habitantes. Percebe-se que 66,05% dos habitantes do município são formados por pessoas com idade entre 15 e 65 anos. Os com idade de 0 a 14 anos representam 24% e os que se encontram com idade acima de 65 anos constitui-se em 9,93% da população do município.

O último destaque é dado ao município de Itaú, que mesmo com uma população considerada pequena, formada por 5.564 habitantes, segue a mesma tendência de composição. Da sua população total 67,83% é constituída por pessoas com idade entre 15 e 65 anos, enquanto que 23,22% compõe aqueles com faixa de 0 a 14 anos e 8,77% é formado de pessoas com idade acima de 65 anos.

Infraestrutura (saúde, educação e saneamento)

Em relação a atual infraestrutura de educação saúde e saneamento básico dos municípios do território Sertão do Apodi é possível constatar uma realidade que nos remete a situação de outros territórios do Brasil. É importante destacar que estes setores indispensáveis ao desenvolvimento dos municípios têm recebido incentivos através da implantação de programas e políticas públicas governamentais, no sentido de prevenir, amenizar ou resolver os desafios que apresentam esses segmentos. Todavia, o déficit é sempre recorrente, como se verifica nos dados a seguir.



Educação

O Ensino Superior no Sertão do Apodi na década de 2000 a 2010 obteve relevante avanço, a partir do programa do governo federal de interiorização das universidades. O território conta atualmente um campus em Patu; três núcleos de Educação de Ensino Superior da Universidade do Estado do Rio Norte - UERN, nos municípios de Apodi, Caraúbas e Umarizal; um campus da Universidade Rural do Semiárido - UFERSA em Caraúbas. Além destes, o Instituto Federal de Educação – IFRN em Apodi vem disponibilizando cursos técnicos e superiores voltados para a realidade da região.

Segundo o PTDRS (2010), o Território dispõe de 362 estabelecimentos de ensino, sendo que 67 são da rede estadual, 268 da municipal e 27 pertence à iniciativa privada. Do total, nos municípios existem 232 estabelecimentos na zona rural com o ensino infantil e fundamental, porém, algumas comunidades rurais não dispõem de escolas, havendo assim, a necessidade do deslocamento dos alunos até as sedes dos municípios.

Ainda sobre educação, os dados do ICV revelam que 53,11% dos membros das famílias maiores de 15 anos estão alfabetizados; dos adultos apenas 16,18% completaram o ensino médio, e 57,26% em idade escolar estavam nas escolas. Esse dado indica a necessidade de fortalecimento das políticas públicas já existentes no âmbito educacional e a implementação das políticas educacionais voltadas para a educação do campo.

Saúde

O Território Sertão do Apodi conta com os serviços básicos de saúde em todos os municípios, com 73 unidades, em sua maioria são postos de saúde ou Unidades Básicas de Saúde (UBS), que prestam atendimento de baixa complexidade. Junto a esses centros de saúde atuam as equipes de agentes de saúde, endemias e Programa Saúde da Família (PSF). É importante ressaltar que apenas Apodi e Caraúbas dispõem de atendimento de média



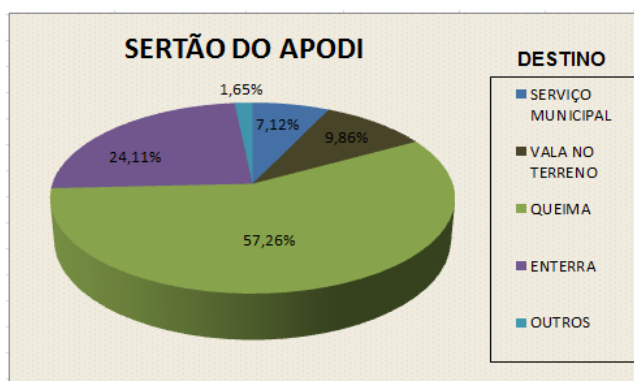
complexidade, porém com fragilidades. Observa-se que há necessidade de melhorias na área da saúde pública, pois o território não dispõe ainda de atendimento de alta complexidade. Nesse sentido, os casos que necessitem deste tipo de atendimento são removidos em carros/ambulâncias para o município Mossoró ou Natal, o que vem a contribuir para alta concentração de pacientes nos hospitais dessas cidades.

Saneamento

No que se refere a questão ambiental verificou-se que a destinação dos resíduos sólidos de origem doméstica produzidos no território, 57,26% dos entrevistados utilizam o processo da queima e 24,11% enterram.

Percebe-se que o aterramento desses resíduos, mesmo não sendo o procedimento mais indicado, no caso vem a ser o mais viável para população, considerando a inexistência de aterro sanitário no território, já que o processo de queima reduz a proliferação de insetos e a emissão de gases.

Figura 2 - Destino do lixo doméstico no território

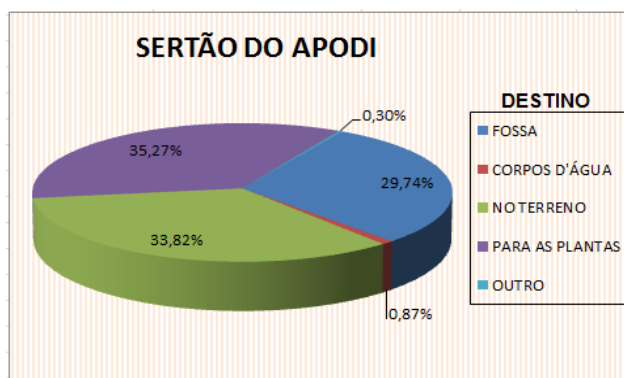


Fonte: Pesquisa de Campo 2010

Atenta-se que o processo de queima pode ser considerado eficaz, contudo, este método gera problemas de deterioração do solo, poluição do ar, podendo acarretar problemas de saúde.



Figura 3 - Destino do esgoto doméstico no território



Fonte: Pesquisa de Campo 2010

Com relação à destinação dos efluentes doméstico produzido no território, especialmente na zona rural, observa-se três métodos utilizados pelos moradores. O maior percentual, ou seja, 35,27% dos entrevistados são de famílias que realizam o reuso das águas dos banheiros e das cozinhas, para irrigação. Isso porque na maior parte das residências adota-se o plantio de várias espécies, incluindo frutíferas e ornamentais que entre outros objetivos essenciais está o de sombreamento.

De acordo com a figura 3 quanto ao segundo destino dado ao esgoto encontram-se os que preferem lançá-lo no terreno com 33,82% dos casos. Este modo de tratamentos dos efluentes representa sério risco à saúde das famílias, visto que o ambiente se torna propício para criadouro de moscas e mosquitos transmissores de doenças infectocontagiosas.

Outro destino dado aos efluentes pelos moradores diz respeito a aqueles que usam fossa compreendendo uma proporção de 27,74%. Neste caso considera-se um método adequado já que as fossas costumam serem fechadas de modo a dificultar a procriação de insetos e reduzindo o risco de infestação. Fato relevante é a constata-se que é ínfimo o percentual dos entrevistados que afirmam destinarem o esgotamento ao corpo d'água, que



representa um ato de poluição que em médio prazo indisponibiliza o uso do recurso hídrico para destinação humana e animal, em especial para população a jusante do local de despejo.

Cultura

No Sertão do Apodi a cultura se expressa através de costumes, crenças, festejos religiosos como as festas de padroeiros comum em todos os municípios do território, vaquejadas, festas de época como a do caju em Severiano Melo e da castanha em Apodi, festas juninas, envolvendo escolas, Universidade e prefeituras com concursos de danças e quadrilhas. São marcantes no território as feiras onde as pessoas se encontram semanalmente nas sedes dos municípios para realizar compras e venda de produtos e encontrar pessoas de outras comunidades.

Todavia, percebe-se que a forma de repasse das expressões culturais que ocorre de geração a geração está a cada dia perdendo importância, pelo fato de não existirem políticas de apoio e valorização da cultura local, fato que fica evidenciado na disposição de infraestrutura de acesso a cultura. Pode-se citar 03 casas de culturas, 1 em cada município de Apodi, Caraúbas e Campo Grande que foram implantadas com o intuito de atender a exigência legal para que estes municípios fossem credenciados a receber outros recursos de origens da União. No entanto, essas funcionam em sua maioria para reuniões e eventos de cunho geral desvirtuando o real sentido da casa de cultura que é a realização de atividades como apresentações de danças, peças teatrais, regate de grupos folclóricos regionais e os papangus e reisados

A organização político-institucional do Território



As organizações sociais no Território Sertão do Apodi surgiram a partir da década de 1960 com apoio de párocos estrangeiros que atuavam em alguns municípios do território além dos Movimentos de Educação de Bases – MEB (PTDRS, 2010).

O território dispõe de sindicatos dos trabalhadores rurais com comissão de jovens e mulheres em todos os municípios com 15.542 sócios ativos. Existem 13 fóruns constituídos de associações compostos por 410 empreendimentos comunitários e assentamento de reforma agrária. Soma-se a estes 06 cooperativas de agricultores familiares, sendo 4 em Apodi. O território ainda conta com 10 colônias de pescadores e 10 associações de pescadores artesanais, que desenvolvem suas atividades em regime de agricultura familiar.

De acordo com o PTDRS existem no território 23 ONGs que atuam na área da assistência técnica executando projetos do Governo Federal em parcerias com diversas instituições que atuam no território.

O ambiente político institucional no território Sertão do Apodi é marcado pela Presença das instituições da sociedade civil que atuam diretamente desenvolvendo atividades junto às famílias da zona rural.

Observa-se a presença dos conselhos municipais de saúde, educação, desenvolvimento Rural e comunitário, entre outros.

Existe também, várias instituições públicas municipais, estaduais e federais que realizam ações frequentemente no território. Entre essas, uma instituição que está presente em todos os municípios é a Empresa Agropecuária de Assistência Técnica – EMATER. Em seguida destaca-se a presença da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB que tem atuação na comercialização dos produtos da Agricultura Familiar no Território. A Fundação Banco do Brasil vem atuando na implantação de Projetos de infraestrutura para produção e beneficiamento de castanha de caju, nos municípios que dispõem de potencial produtivo. O IFRN e as Universidades



UERN e UFERSA vêm desenvolvendo projetos de extensão e assessoramento Técnico no meio rural deste território.

Para tanto, essas instituições vem participado e contribuído com ações que possibilitem o colegiado a enfrentar os desafios para que as políticas públicas implantadas sejam executadas e atendam aos anseios dos beneficiários diretos. No entanto, vale ressaltar que embora o território apresente uma diversidade de instituições que podem contribuir com os arranjos políticos institucionais entre poder público e sociedade civil, é visível uma fragilidade entre o diálogo e o processo de execução, sejam estas de ações, projetos e das próprias políticas públicas de desenvolvimento territorial.

2. Identidade Territorial

O Território Sertão do Apodi, enquanto espaço de articulação institucional surgiu a partir de fóruns e articulações oriundos do Projeto Dom Hélder Câmara - PDHC¹ A princípio o projeto atuava em algumas comunidades de 9 municípios do território e com a presença de um comitê gestor, constituído por beneficiários do projeto.

Posteriormente a atuação do PDHC, surgiu a política dos Territórios Rurais que tinha dentre suas metas a constituição do comitê territorial para discussão, desenvolvimento e integração das políticas do território. Como no Sertão do Apodi, o território já se identificava como território de identidade, e com a existência do comitê gestor do PDHC, deliberou-se na própria plenária deste comitê gestor a proposta de discutirem as políticas territoriais e as ações do PDHC em um só comitê, para tanto ampliou a área de abrangência do comitê já existente visando atender os demais municípios do território, não incluídos na atuação do PDHC. Neste contexto municípios como Triunfo

¹ Projeto do governo federal com cooperação internacional com o Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola.



Potiguar e Paraíba, passaram a fazer parte deste território, mesmo tendo maior proximidade com o Território Açu-Mossoró.

Com o intuito de compreender esta identidade territorial no Sertão do Apodi, além de considerar a participação ativa nas atividades do colegiado², foram aplicados questionários junto aos membros do colegiado. A partir deste instrumento foram verificadas as percepções destes em relação aos seguintes aspectos: ambiental, agricultura familiar, fatores econômicos, pobreza, etnia, colonização e Movimentos sociais/e ou políticos.

Quadro 1 – Resultado dos Indicadores de Identidade Territorial

IDENTIDADE TERRITORIAL		
Território: 32 - Sertão Do Apodi - RN		
Categorias	Valor	Classificação
1. Ambiente	0,819	Alto
2. Agricultura familiar	0,922	Alto
3. Economia	0,839	Alto
4. Pobreza	0,774	Médio Alto
5. Etnia	0,338	Médio Baixo
6. Colonização	0,691	Médio Alto
7. Político	0,814	Alto

Legenda:
0,00 - 0,20 = Baixo
0,20 - 0,40 = Médio Baixo
0,40 - 0,60 = Médio
0,60 - 0,80 = Médio Alto
0,80 - 1,00 = Alto

Fonte: SGE/MDA - 2011

Nesta perspectiva, o quadro 1 apresenta categorias de análises e seus respectivos resultados. Primeiro, constata-se 4 categorias com alta identidade: agricultura familiar com 0,922, fato que denota a identificação dos membros do colegiado com esta atividade no território. Economia com o índice de 0,839 constando o reconhecimento das cadeias produtivas existentes na economia territorial. Ambiente com 0,819, indicador de que os pesquisados expressam a relevância deste aspecto para a dinâmica territorial. Por fim, a categoria

² A plenária do Sertão do Apodi é composta 148 membros em sua maioria da sociedade civil (em sua maioria) e dos poderes públicos municipais, estaduais e federais.



política, no qual a atenção à articulação político institucional revela a classificação com alta identidade, a partir do índice de 0,814, reflete a construção coletiva diferenciada, haja vista, o comitê territorial ter origem anterior e esse comitê, bem como às representações de diversos segmentos da sociedade civil e gestão pública, o que acarreta num quantitativo elevado de representações: 148 membros, todavia, abre oportunidade de ampla participação e conformação de diversos atores políticos neste espaço de discussões das políticas territoriais.

3. Capacidades Institucionais

Para a análise das capacidades institucionais adota-se antes de tudo o reconhecimento das articulações (reuniões comunitárias, fóruns, seminários, reuniões dos comitês, etc.) entre as organizações (sindicatos, cooperativas, associações de produtores rurais, organizações de apoio técnico) e movimentos (MST, Pastoral da terra, movimento de mulheres e federações dos agricultores, etc.) existentes e a necessidade do envolvimento destas com o poder público. Para fortalecer o processo de governança territorial.

As capacidades institucionais referem-se aos arranjos políticos organizacionais, as condições e recursos disponíveis às estruturas do território.

Quadro 2 - Indicadores da Capacidade Institucional



Indicadores de Capacidades Institucionais		
1. Gestão dos Colegiados	0,573	Médio
2. Capacidades Organizacionais	0,596	Médio
3. Serviços Institucionais Disponíveis	0,461	Médio
4. Instrumentos de Gestão Municipal	0,358	Médio Baixo
5. Mecanismos de Solução de Conflitos	0,324	Médio Baixo
6. Infraestrutura Institucional	0,576	Médio
7. Iniciativas Comunitárias	0,530	Médio
8. Participação		

Legenda:

0,00 - 0,20 = Baixo

0,20 - 0,40 = Médio Baixo

0,40 - 0,60 = Médio

0,60 - 0,80 = Médio Alto

0,80 - 1,00 = Alto

Fonte: Sistema de Gestão Estratégica – SDT/MDA, 2011.

Para mensurar as capacidades foram aplicados questionários junto aos gestores públicos municipais, do qual obteve índice de capacidades organizacionais permeando o médio e médio baixo (conforme quadro 2), com a seguinte caracterização.

Gestão dos conselhos municipais: Quanto aos conselhos percebe-se que 100% dos municípios dispõem dos conselhos exigidos para repasse de verbas (saúde, criança e adolescente). Por outro lado, na perspectiva de espaço de contribuição para o desenvolvimento rural, apenas 52,9% dos entrevistados afirmaram a existência de conselho de desenvolvimento rural. Quando se observa o nível de controle realizado por estes conselhos na aplicação dos investimentos públicos apenas 41% dos entrevistados afirmaram existir algum controle.

Capacidades organizacionais: segundo dados da pesquisa, os gestores públicos destacam a presença das seguintes organizações no território: associações, assentamentos de reforma agrária, grupo religiosos, de jovens, de mulheres, sindicatos de trabalhadores (as) rurais e cooperativas de produtores (as). Estas organizações contribuem e dão sustentação e apoio às ações do colegiado territorial, na perspectiva de desenvolvimento endógeno e



têm como desafios, implementação de projetos e participação mais efetiva dos poderes públicos municipais e estaduais na efetivação destas políticas;

Serviços institucionais disponíveis: O território dispõe de serviços tecnológicos nos municípios: As universidades, UERN e Ufersa, EMATER, EMPARN, IFRN, SEBRAE e ONGs que atuam nas áreas rurais dos municípios. As informações sobre mercado são fornecidas através dos escritórios regionais da EMATER, limitando-se aos programas de compras governamentais (Programa de Aquisição de Alimentos - PAA e Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE). Quanto à assistência técnica o território conta com o Projeto Dom Hélder Câmara – PDHC que atua em 10 dos 17 municípios, com assessoramento técnico contratado através de ONGs em 58 áreas, sendo 33 comunidades e 25 assentamentos para 1.871 famílias; a EMPARN em parceria com a UERN e Ufersa atua em cinco municípios deste território com a implantação de tecnologias para a cajucultura, envolvendo profissionais da agronomia e graduandos das duas universidades na pesquisa e extensão rural. Assim como o trabalho com os pescadores na criação de unidades demonstrativas para o desenvolvimento da aquicultura familiar desde o cultivo, beneficiamento e comercialização de tilápia (filé) para Alimentação Escolar e comércio local dos municípios de Apodi, Upanema, Caraúbas, Campo Grande, Olho d'água dos Borges, Patu, Umarizal, Severiano Melo e Itaú.

Instrumentos de Gestão Municipal: Dos 17 municípios apenas 52,9% dos entrevistados afirmam dispor de secretaria de planejamento. Aliado a isso 41% não dispõe de sistema de cadastro de imóveis rurais, o que acarreta dos gestores desconhecimento da realidade fundiária do município. As secretarias municipais não dispõem de quadro permanente de funcionários, sendo em sua maioria cargos comissionados através de indicação política, sem necessariamente deterem qualificação profissional na área de atuação. Outro fator que interfere diretamente na gestão dos municípios é a falta de formação



permanente das equipes gestoras, em especial, nas áreas de administração, planejamento, infraestrutura e desenvolvimento rural sustentável.

Mecanismo de solução de conflitos: A pesquisa mostra que as famílias rurais procuram as autoridades competentes instituídas de poder decisório, como prefeitos e juízes, para resolverem seus conflitos, haja vista que ao longo da história do território nota-se a ocorrência de vários conflitos por terra, água, moradia digna e pelo reconhecimento e efetivação de seus direitos. Ainda não há a perspectiva de busca de resolução de conflitos via mediação do Colegiado Territorial, fato que deve ser trabalhado para dirimir conflitos de interesse das representações deste espaço de controle social. É necessário um avanço na institucionalização do colegiado, bem como no processo de ancora da governança nas ações territoriais, para que assim legitimado pelos atores organizacionais do território, possa tornar-se um espaço de amplas discussões e tomada de decisões a respeito das ações públicas no território.

Infraestrutura institucional: O território dispõe de 17 secretarias de agricultura municipais, todavia, apenas 47% dos gestores entrevistados afirmam terem técnicos permanentes para serviços nas áreas rurais. Segundo os dados recolhidos em campo, os municípios juntamente com instituições tecnológicas atendem aos agricultores no tocante à assistência técnica, no qual 82,4% dos gestores públicos afirmam existir assistência técnica aos agricultores familiares. No entanto, vale ressaltar que segundo os dados da pesquisa do ICV, foi apresentada debilidade no assessoramento técnico, o que leva a perceber a existência de uma contradição entre as percepções dos gestores municipais e a dos beneficiários das comunidades rurais do território. Observa-se que apesar deste item ter obtido avaliação satisfatória por parte dos gestores municipais, ainda está aquém da necessidade real da população rural no que condizem as ações públicas de desenvolvimento rural, em especial o de viés endógeno.



Iniciativa comunitária: Os dados apresentam a existência de várias organizações comunitárias que têm iniciativas próprias em vários setores, sejam produtivos, sociais ou culturais. Os produtivos surgem a partir das associações ou grupos locais e buscam apoio via projeto ou programa na esfera federal enquanto que os setores sociais e culturais sofrem com a ausência de infraestrutura, mas mesmo assim, os atores locais criam e desenvolvem suas atividades de dança, teatro de rua, entre outros. Ressalta-se, no entanto, que existem outras entidades privilegiadas que têm algum tipo de articulação política e recebem apoio de secretarias de municípios ou estado. Como cita **Dowbor (ANO)**, por vezes a sociedade civil assume diretamente a responsabilidade de buscar a resolução dos seus problemas, este é a constatação obtida neste item, que apesar do apoio da municipalidade, várias iniciativas comunitárias existente iniciam e permanecem sob o apoio da própria sociedade civil.

Contudo percebe-se a fragilidade destas capacidades institucionais, no tocante ao desenvolvimento de ações estruturante de fortalecimento das cadeias produtivas, empreendimentos e agricultores famílias que necessita de apoio técnico, acesso ao crédito. Acesso aos mercados para desenvolver a comercialização e conseqüentemente melhorar as condições de vida no território. A falta de diálogo constante entre os atores da sociedade civil e do poder público reflete diretamente no desenvolvimento dos projetos como também na gestão do Colegiado territorial.

4. Gestão do Colegiado

O Colegiado Sertão do Apodi desde sua constituição apresenta-se de forma diferente dos demais. Primeiro, pela sua criação ter origem numa estrutura anterior, do comitê gestor do PDHC, o que facilitou a mobilização. E



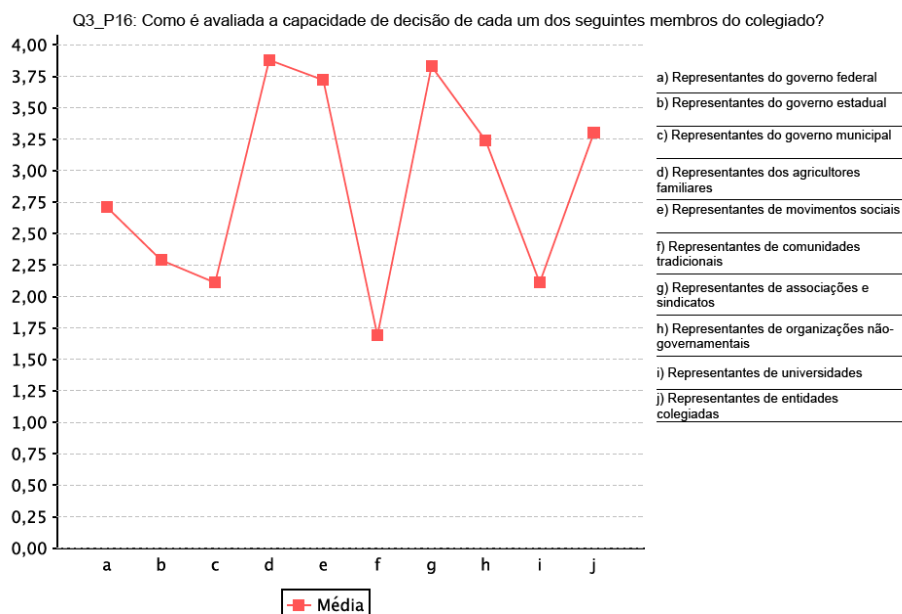
outro fator é sua composição não paritária, no qual a maioria dos representantes é da sociedade civil.

Esta conjuntura de composição ainda corrobora com o critério da distribuição de representantes por afinidades das cadeias produtivas existentes no território, caracterizando-se, assim, por identidade instituída do próprio território em modelo de gestão com uma coordenação com representantes dos municípios e a articulação e mobilização sob a responsabilidade da equipe do Projeto Dom Hélder Câmara. Este fato contribuiu para a constituição das câmaras temáticas da comercialização, apicultura, cajucultura e produção orgânica, manejo da catinga e a participação de representantes das organizações dos agricultores, ONGs, movimentos sociais e poder público.

Nessa perspectiva esse território, vem sendo referência no tocante a participação dos atores sociais, sejam agricultores familiares, grupos de jovens, mulheres, associações, cooperativas e ONGs. No entanto quando observa a participação do poder público a situação apresenta-se insatisfatória, visto que os órgãos de representação do poderes municipais, estaduais e federais não participam efetivamente das plenárias do colegiado.

Essa ausência da gestão pública é reforçada na pesquisa a partir da percepção dos membros do colegiado, pertencentes à sociedade civil, quando avaliam a capacidade de decisão de cada membro na plenária, a figura 4 apresenta a constatação avaliativa da baixa capacidade dos representantes do poder público.

Figura 4: Avaliação da capacidade de decisão dos membros do Colegiado Territorial



Fonte: SGE, 2011.

Já a figura 5 reforça novamente a percepção dos membros do colegiado observado na coleta de dados com os membros do colegiado, que ao identificarem os principais problemas que prejudicam o desempenho do colegiado, aponta a pouca participação dos representantes do poder público.

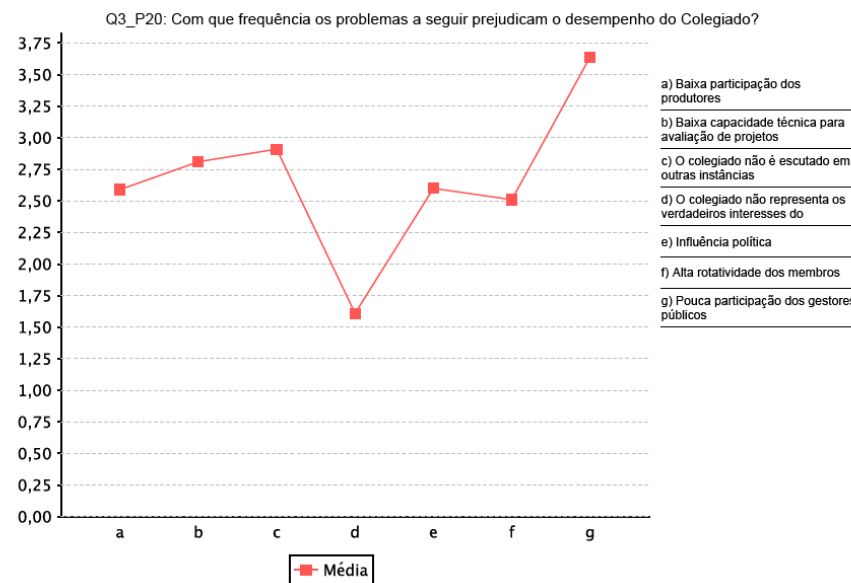


Figura 5: Problemas que prejudicam o desempenho do Colegiado

Fonte: SGE, 2011.

Podem-se estipular alguns fatores que corroboram para tal problemática. O primeiro é a rotatividade dos membros do poder público, devido as eleições com trocas de governo nas três esferas, processo que ocasiona dificuldades na continuidade dos representantes (em sua maioria indicações políticas) e no entendimento das temáticas e, conseqüentemente a falta de compreensão e interesse no desenvolvimento de projetos territoriais.

Por outro lado, deve ser ressaltada a debilidade na governança do arranjo institucional na gestão do Colegiado que tendo suas articulações fragilizadas acabam não obtendo êxito na mobilização, envolvimento e conscientização da importância dos representantes dos órgãos públicos participarem efetivamente das plenárias do colegiado. Assim, devem ser traçadas estratégias por parte da coordenação de articulação e mobilização do colegiado territorial para buscar o maior envolvimento dos representantes da gestão pública, e desta forma, fortalecer este espaço de participação e controle social na definição, execução e avaliação das políticas territoriais.



5. Avaliação de Projetos

Contabilizando nove anos de existência tem-se no território o Programa de Infraestrutura (PROINF) realizado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, via Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT, que ocorre via cooperação com os estados e municípios, o qual tem seu planejamento efetuado no âmbito do colegiado territorial, o qual discute, seleciona os projetos e define o proponente que executará o projeto de infraestrutura, bem como neste espaço ocorre às definições quanto aos empreendimentos que obterão comodato ou termos de permissão de uso das infra-estruturais de apoio a produção.

Ressalta-se que o território aprovou ao longo do período de 2003 a 2011, 10 projetos no valor de R\$ 5.045.982,00 (SGE, 2011), distribuídos entre as principais cadeias produtivas territoriais: apicultura (construção do entreposto de mel); bovinocultura (construção de 01 unidade de beneficiamento de leite e tanques de resfriamento); recursos hídricos (construção de Barragens sobre o Rio Umari e o Rio Upanema, tornando o rio perene para irrigação com custo baixo de energia para os agricultores que vivem as margens dos rios; equipamentos de apoio à comercialização para as feiras agroecológicas, centro de comercialização e aquisição de veículos para três cooperativas do território.

Dos 10 projetos, 06 foram propostos via Secretaria da Agricultura, Pecuária e da pesca do Estado do Rio Grande do Norte – SAPE. Os 04 foram via prefeituras de Apodi, Janduís e Umarizal.

Destes, uma barragem e o entreposto de mel encontram-se em fase de implantação. Até o momento foi efetivamente implantado apenas os equipamentos das feiras. Os demais não foram efetivados por vários motivos, entre eles, a falta de celeridade dos órgãos proponentes, seja estado ou



município, no processo de execução dos trâmites burocráticos para efetivação dos projetos de infraestrutura.

Ressalta-se que o território dispõe de potencial social e produtivo a partir de suas principais cadeias associadas a agricultura familiar, todavia, um dos principais gargalos para sua dinamização econômica encontra-se na indisponibilidade de infraestrutura de apoio produtivos, em especial os de agregação de valor dentro dos padrões exigidos pelos órgãos reguladores (entreposto de mel, casa de polpa, unidades de fabricação de queijo etc.).

Este fato contribui para que membros do colegiado encontrem-se desacreditados quanto a execução do PROINF, haja vista que experiências anteriores nas quais partes dos membros do colegiados pertencentes a sociedade civil vivenciaram outros programas serem executados sem a participação dos beneficiários (PRONAF Global implantado via políticos, vereadores, etc) e acreditava-se que a falha destes estava na ausência da participação da sociedade civil, todavia, com o PROINF verificou-se que, mesmo com o esforço coletivo e participação na execução da política pública via colegiado, o mesmo não vêm obtendo êxito no que concerne a governança do arranjo institucional gestão pública e sociedade civil.

As principais decisões ou ações de desenvolvimento rural continuam nas mãos ou na vontade dos gestores públicos do estado ou dos municípios que com exceção de alguns denotam desinteresse em oportunizar autonomia, geração de renda e melhoria para os agricultores (as) nos mais diversos lugares do território onde a pobreza ainda persiste. É necessário criar estratégias de envolvimento dos gestores públicos, senso de pertencimento destes ao Colegiado Territorial, para resultar na maior participação dos gestores públicos nas ações do Colegiado.



6. ICV

Perfil da população das Famílias entrevistadas

A população pesquisada no Território Sertão Apodi, apresenta a seguinte característica. Quanto ao gênero verificou-se que 52,59% dos entrevistados são mulheres destacando a efetiva participação das mulheres nas ações do meio rural deste território, e 47,41% são homens. Com relação à faixa etária, constatou-se que 58,89% da população estão acima dos 40 anos; já 33,70 % têm entre 25 a 40 anos e 7,41% com até 25 anos de idade. A pesquisa constatou que no Sertão do Apodi 85,9% dos entrevistados são agricultores familiares. Dados também destacado no PTDRS e na pesquisa sobre a identidade territorial. Quando questionados sobre a produção, 89,26% responderam que tem produção (seja agrícola, pecuária ou pesqueira) e 10,74% declararam não ter produção.

Ao analisar os dados do destino da produção observa-se que 53,3% do que é produzido no estabelecimento é somente para consumo, característica bem marcante nos empreendimentos solidários e camponeses, enquanto 34,8% produzem para consumo e também para venda e apenas 1,1% produzem somente para vender. Identifica-se que a agricultura familiar produz grande parte do seu próprio alimento, assim como pratica trocas coletivas e vendem o excedente da sua produção.

Com relação a origem da renda das famílias entrevistadas foi verificado que 68,5% da renda ou ganho em dinheiro das famílias vêm da produção agrícola, pecuária, pesqueira ou extrativista própria. As cadeias produtivas da apicultura, cajucultura, bovinocultura, rizicultura, caprinocultura, piscicultura fazem parte da composição desta renda, No entanto, quando perguntado sobre



a situação de sua renda 43,% consideram essa renda regular, 15,6% boa, 17% ruim, 9,3% péssima e 3,7% ótima. Foi possível verificar também que 36,7% dos entrevistados dispõem de aposentadorias ou pensão. Já quando indagados sobre a inclusão em programas de transferências de renda como a bolsa família 56,7 % responderam que participam. Com tudo observa-se que os programas de transferência de renda foram bem citados durante as entrevista como principal renda fixa das famílias do campo, pois as rendas provenientes da produção são no geral sazonal.

As condições de vida das famílias entrevistadas no sertão Apodi

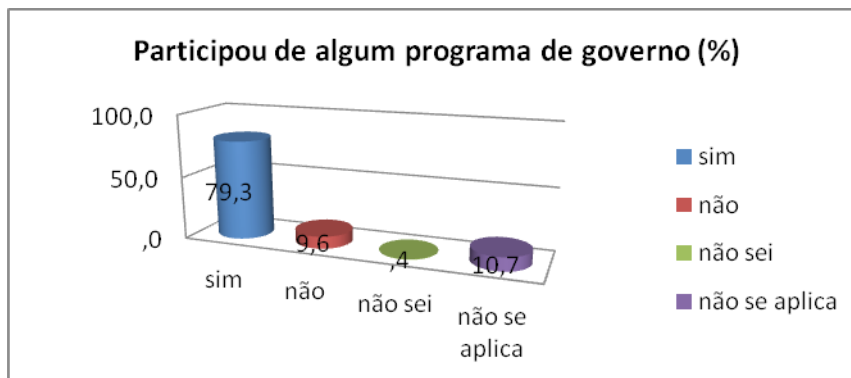
Ao analisar as condições de vida da população, em especial o acesso aos serviços básicos – Educação, Saúde e Saneamento – verifica se que dos entrevistados 53,11% dos membros da família maiores de 15 anos estão alfabetizados; dos adultos 16,18% completaram o ensino médio e 57,26% em idade escolar estavam nas escolas. Esse dado indica que se deve pensar em fortalecer as políticas públicas já existentes no âmbito educacional, bem como refletir sobre a formulação de novas políticas para o setor.

Quanto aos serviços básicos do território observa-se que 86,67% possuem energia elétrica; 68,89% tem água próxima ou dentro de casa, condição essa necessária a vida do ser humano; 78,15% possuem banheiros dentro de casa; 85,19% tem fogão a gás, 80% tem geladeira em casa; 60,64% possuem telefone e 5,93% dispõe de computadores. Assim, constata-se a presença de equipamentos e serviços de necessidades básicas na população pesquisada.

De acordo com a figura 6, 79,3% dos entrevistados participa/participou de algum programa de governo a exemplo do PRONAF, transferências de renda ou outros federais, estaduais ou municipais.



Figura 6 - Participou de algum programa do governo



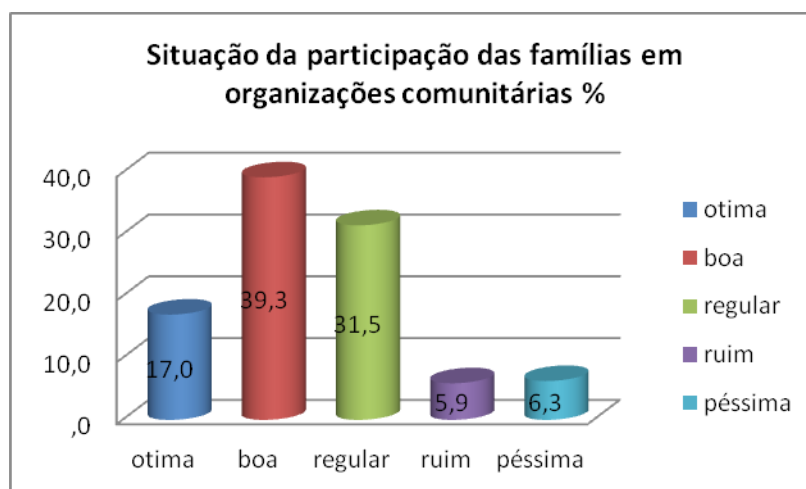
Fonte: SGE, 2011.

É possível observar também que há uma dependência significativa da população rural em relação aos programas governamentais. Em muitos casos foi possível perceber que a única fonte de renda da família era a aposentadoria ou o programa bolsa família, confirmando que os programas de governo estão voltados para a criança/adolescente e para os idosos. Uma parcela pequena, (9,6%) não participava de nenhum tipo de programa do governo. Foi verificado também durante a pesquisa que nos últimos cinco anos a condição de vida da família melhorou, segundo a percepção dos entrevistados, pois eles possuem acesso a crédito em bancos e estabelecimentos comerciais, indicando que os créditos se tornam mais acessíveis nos dias atuais.

A produção e comercialização

Quanto a aspectos de participação na dinâmica social e econômica do território obtiveram-se algumas constatações que serão discorridas a seguir. Observa-se a partir da figura 7, que os pesquisados do Território Sertão do Apodi consideram a sua participação em organização comunitária tipo associação, cooperativas e sindicato estar ótima e boa compreendendo assim 17% dos ouvidos como ótima e boa 39,3%. Esses resultados são reflexos do histórico de participação na dinâmica social existente no meio rural deste território.

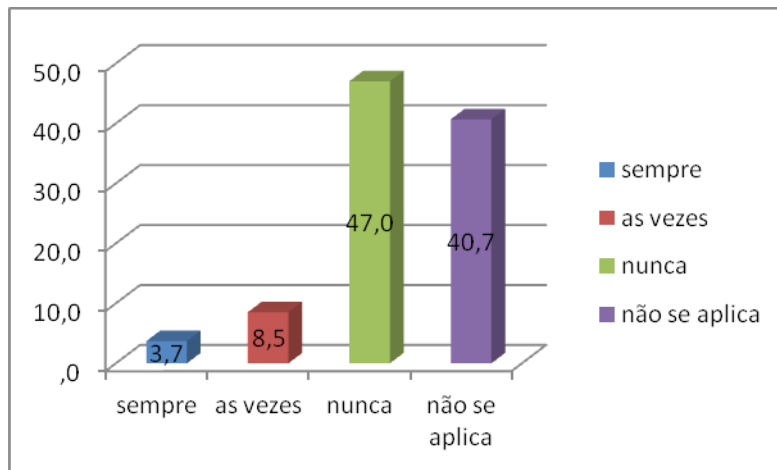
Figura 7 - Situação da participação das famílias em organizações comunitárias



Fonte: SGE, 2011.

Como pode ser observado na figura 8, a venda dos produtos por meio de cooperativas ou associações destoa no que foi debatido acima onde há um elevado índice de participação em organização comunitária, mas ao serem indagados a respeito se seus produtos são vendidos através dela o resultado é preocupante, pois cerca de 50% dos entrevistados nunca realizaram comercialização via cooperativa ou associação, sendo que 8,5% realizam às vezes e apenas 3,7% sempre vendem seus produtos.

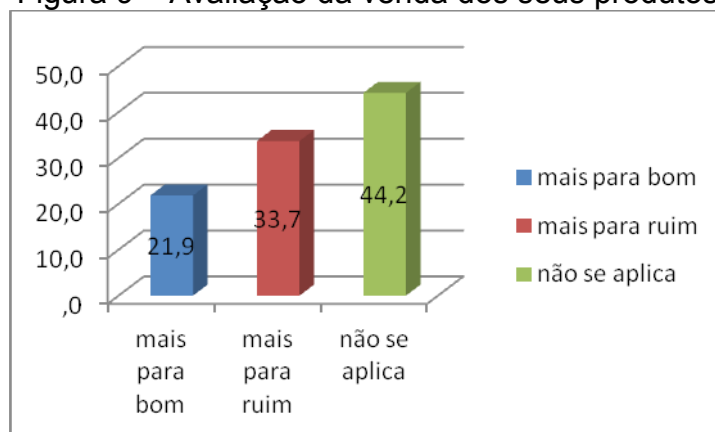
Figura 8 – Comercialização dos produtos via cooperativa ou associação



Fonte: SGE, 2011.

Quando questionado a respeito da avaliação da venda dos produtos, conforme apresenta a figura 9, 21,9% consideram que estar bom e 33,7% acreditam estar ruim, um índice preocupante, relacionando isto com o que já foi discutido acima, onde, primeiro a família considera ter uma boa participação em organização comunitária no segundo momento já afirmam não vender seus produtos por meio dela, por fim maior parcela acredita que a venda estar ruim.

Figura 9 – Avaliação da venda dos seus produtos



Fonte: SGE, 2011.

Essa percepção pode demonstrar que existe uma fragilidade na gestão nestas organizações quanto à comercialização, já que o agricultor faz parte do



sindicato, associação e/ou cooperativa, tem os produtos, mas em sua maioria, não vende através delas, fato intrigante e que merece aprofundamento.

Apesar de existirem práticas exitosas do cooperativismo no Sertão do Apodi há dificuldade em agregar agricultores familiares em prol de cooperativas, ocasionados pelo histórico de experiências negativas no passado do cooperativismo que não atendia aos interesses dos agricultores familiares.

Diante dessa realidade há a necessidade da adoção de estratégias como:

- ✓ Agregar a produção de todos os produtores cooperados, inclusive de duas ou mais cooperativas visando aumentarem o volume e o poder de negociação com os compradores. Gerar encadeamentos com movimentos para trás e para frente da cadeia produtiva o que possibilita o surgimento de agroindústrias familiares e processos de comercialização direta;
- ✓ Superar com a ineficiência de infraestrutura de agregação de valor da produção, por exemplo, os méis de várias cores, que é necessário uma infraestrutura para homogeneizar, uniformizando a sua cor;
- ✓ Melhorar na governança do arranjo institucional com as políticas públicas para contribuir no desenvolvimento das cadeias produtivas do território;
- ✓ A prática de inovações tecnológicas para a convivência no semiárido, a exemplo do Projeto das Cisternas de Placas, que se encontra presente por todo o semiárido nordestino, inclusive no Sertão do Apodi, e vem se traduzindo em autonomia para os moradores no campo;

Ao apresentar os dados é possível observar que, dentre os pesquisados no território Sertão do Apodi há uma grande parcela de produtores, que se identifica como agricultores familiares, que proporciona uma forte demanda por assistência técnica, linhas de créditos, acesso a terra e a água, bem como de capacitação voltada para autogestão.



Cabe ressaltar que as instituições que prestam apoio ao agricultor familiar são mais presentes em municípios que já dispõem de projetos de assentamentos, ou organizações sociais, enquanto aqueles que ainda não dispõem de uma assessoria para contribuir numa organização mais expressiva dos empreendimentos coletivos, como por exemplo, Triunfo Potiguar, Paraú e Rodolfo Fernandes ficam mais desassistidos de apoio técnico.

No processo de compreensão dos dados do ICV relativos à qualidade de vida na percepção das famílias rurais no Território Sertão do Apodi, tais valores são constituídos através de um conjunto formado por três dimensões inter-relacionadas entre si como: fatores de desenvolvimento, características de desenvolvimento e efeitos de desenvolvimento. Cada uma dessas dimensões é constituída de 08 fatores. Os fatores de desenvolvimento são: número de famílias trabalhando, mão de obra familiar, área utilizada para produção, escolaridade, condição de moradia, acesso aos mercados, aos programas do governo, ao crédito, a assistência técnica e a presença de instituições. A segunda dimensão que compõe o ICV refere-se as características de desenvolvimento é constituída pela renda familiar, produtividade do trabalho, da terra, diversificação da produção agrícola, das fontes de renda familiar, da conservação dos recursos como; água, solo e pela preservação da vegetação nativa. E, por último, o efeito do desenvolvimento formado pelas condições de alimentação e nutrição, saúde, permanência das famílias nos domicílios, situação econômica, ambiental e participação em organizações comunitárias, políticas e atividades culturais.

O ICV é calculado com base na agricultura familiar com e sem produção, cujos valores são definidos por parâmetros que determinam se o índice é baixo, médio baixo, médio, médio alto e alto. Na apresentação do ICV encontrado no Território Sertão do Apodi constata-se o índice de 0,569, considerado médio de acordo com o quadro de indicadores apresentado a seguir.



Quadro 3 - Indicadores do ICV

Índice de Condições de Vida (ICV)	0.569	Médio
1. Fatores de Desenvolvimento	0.553	Médio
2. Características de Desenvolvimento	0.527	Médio
3. Efeitos de Desenvolvimento	0.638	Médio Alto

Legenda:
0,00 - 0,20 = Baixo
0,20 - 0,40 = Médio Baixo
0,40 - 0,60 = Médio
0,60 - 0,80 = Médio Alto
0,80 - 1,00 = Alto

Fonte: SGE, 2011

Analisando os fatores que compõe o ICV do território, identifica-se parâmetros com valores relativamente baixos, como é o caso do acesso a assistência técnica com um índice de 0,380 fato que reforça dados anteriores e aponta a fragilidade na ações públicas visando o apoio efetivo a os agricultores familiares do território.

Pela observação dos dados a partir do quadro 3, conclui-se que nas três dimensões apresentadas, a maior parte dos elementos de composição do ICV

revela índice acima de 0,40, o que retrata que houve melhoria nas condições de vida das famílias residentes no território. Entre os principais fatores com elevado índice destaca-se a escolaridade (0,646), condição de moradia (0,636) e área utilizada para a produção agrícola (0,612).

Quadro 3 – Composição dos ICVs



Secretaria de Desenvolvimento Territorial

DIMENSÃO 1: fatores do desenvolvimento	ICV - T		Domicílios Com Produção		Domicílios Sem Produção		Domicílios Agricultura Familiar	
	Média	Freq	Média	Freq	Média	Freq	Média	Freq
1.1. Número de famílias trabalhando	0,543	241	0,543	241			0,541	233
1.2. Mão de obra familiar	0,595	241	0,595	241			0,594	233
2. Área utilizada para produção	0,612	241	0,612	241			0,614	233
3. Escolaridade	0,646	241	0,646	241			0,646	233
4. Condições de moradia	0,636	241	0,636	241			0,636	233
5. Acesso aos mercados	0,497	241	0,497	241			0,495	233
6. Programas do Governo	0,464	234	0,464	234			0,461	227
7.1. Acesso a crédito	0,454	241	0,454	241			0,448	233
7.2. Acesso a assistência técnica	0,380	241	0,380	241			0,383	233
8. Presença de instituições	0,581	241	0,581	241			0,580	233

DIMENSÃO 2: características do desenvolvimento	ICV - T		Domicílios Com Produção		Domicílios Sem Produção		Domicílios Agricultura Familiar	
	Média	Freq	Média	Freq	Média	Freq	Média	Freq
9. Renda familiar	0,463	241	0,463	241			0,465	233
10. Produtividade do trabalho	0,510	241	0,510	241			0,514	233
11. Produtividade da terra	0,504	241	0,504	241			0,508	233
12. Diversificação da produção agrícola	0,501	241	0,501	241			0,503	233
13. Diversificação nas fontes de renda familiar	0,411	241	0,411	241			0,413	233
14. Conservação das fontes de água	0,549	241	0,549	241			0,547	233
15. Conservação da área de produção: solo	0,609	241	0,609	241			0,609	233
16. Preservação da vegetação nativa	0,577	241	0,577	241			0,578	233

DIMENSÃO 3: efeitos do desenvolvimento	ICV - T		Domicílios Com Produção		Domicílios Sem Produção		Domicílios Agricultura Familiar	
	Média	Freq	Média	Freq	Média	Freq	Média	Freq
17. Condições de alimentação e nutrição	0,634	270	0,632	241	0,655	29	0,635	233
18. Condições de saúde	0,643	270	0,641	241	0,655	29	0,641	233
19. Permanência dos familiares no domicílio	0,833	270	0,840	241	0,776	29	0,837	233
20. Situação econômica	0,635	270	0,635	241	0,638	29	0,631	233
21. Situação ambiental	0,559	270	0,564	241	0,517	29	0,564	233
22. Participação em organizações comunitárias	0,637	270	0,628	241	0,716	29	0,636	233
23. Participação política	0,675	270	0,680	241	0,629	29	0,686	233
24. Participação em atividades culturais	0,490	270	0,481	241	0,560	29	0,485	233

Fonte: SGE, 2011 .

Dentro da dimensão características do desenvolvimento há indícios de correlação entre a renda familiar e a diversificação em suas fontes. Através dos dados apresentados verifica-se que a diversificação nas fontes de renda familiar apresenta um índice de 0,411, bem próximo ao da renda familiar que é de 0,463.

Percebe-se certa contradição na relação existente entre escolaridade presente na dimensão fatores de desenvolvimento com índice elevado e a renda familiar, bem como a diversificação de suas fontes constante da dimensão características do desenvolvimento com índice relativamente baixo.



Neste sentido verifica-se que na relação existente entre renda familiar³ e grau de escolaridade são diretamente proporcionais, ou seja, na medida em que se eleva o nível de formação escolar, gera uma elevação na diversificação das fontes de renda. Contudo, a própria metodologia da pesquisa desenvolvida aponta uma justificativa para essa questão. Primeiro, os dados apresentados fundamentam-se na percepção das famílias entrevistadas que em sua maioria mensura o grau de escolaridade a partir da comparação do acesso a escola que tem hoje em relação ao que existia em anos anteriores.

Ainda em relação à segunda dimensão do ICV destacam-se duas características que apresentam melhores indicadores: a conservação da área de produção (solo) com 0,609 e a produtividade da terra com um índice de 0,594, dados que revelam o potencial produtivo do território.

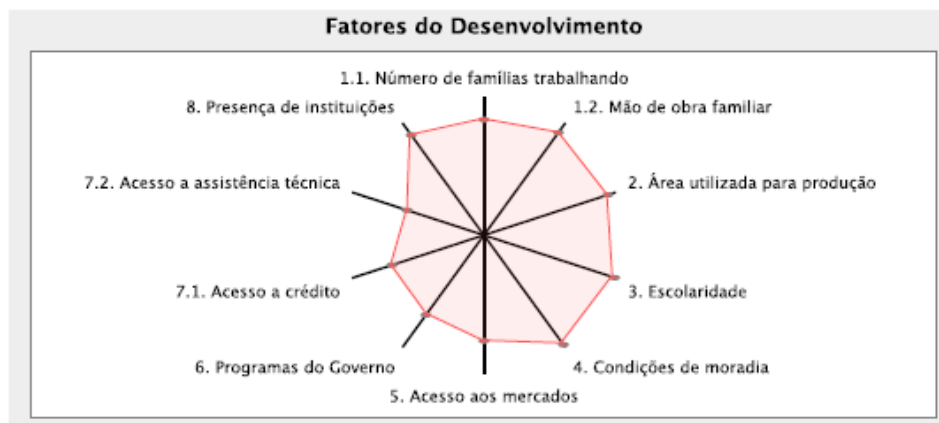
Na última dimensão estrutural do ICV, nos Efeitos do Desenvolvimento, encontram-se os melhores indicadores relativos à permanência dos familiares no domicílio apresentando índice de 0,675 revelando que essas famílias estão buscando melhoria de vida na própria comunidade.

Do outro lado, a relação das famílias com as atividades culturais o índice está abaixo da média (0,490), demonstra a falta de estrutura de promoção e acesso a cultura no território. Esse dado confirma a realidade dos municípios e comunidades rurais que não dispõe dessas atividades. No geral as pessoas participam dos festejos religiosos, por ser uma das pouquíssimas atividades culturais dos municípios.

O segundo elemento com valor baixo é a situação ambiental (0,559) constatando que o território não avançou com relação a normatização ambiental voltadas para a preservação de áreas degradáveis, preservação permanente e controle de resíduo.

³ Renda Familiar é o somatório dos rendimentos de todos os membros residente num mesmo domicílio. provenientes de salários, auxílios, pensões, entre outras fontes.

Figura 10 – Fatores de Desenvolvimento



Fonte: SGE, 2011.

Percebe-se na dimensão fatores de desenvolvimento, quando se analisa o comportamento da Figura 10, que apresenta quatro fatores com índices inferiores aos demais. O acesso a assistência técnica, ao crédito, aos programas do governo e aos mercados. Como citado anteriormente, a ênfase é dada ao acesso a assistência técnica que apresenta o menor índice. Mesmo com a presença da EMATER e Secretarias de Agricultura em todos os municípios, além de dispor do Projeto Dom Helder Câmara (PDHC), que atua em 10 municípios, realizando serviços de assessoramento técnico aos agricultores.

ICV Sem Produção.

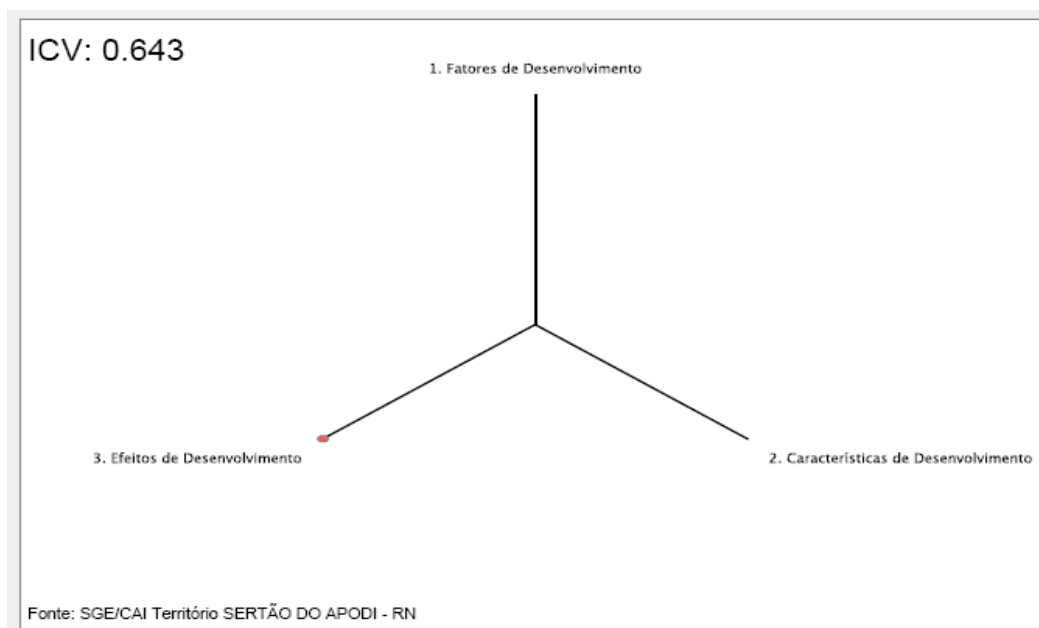
Analisando o comportamento do ICV nas especificidades, o índice com e sem produção de forma isolada, percebe-se mudança que chama atenção. O ICV sem produção mesmo sendo formado por apenas uma das três dimensões, isto é, efeitos do desenvolvimento, alcança valores acima da média tendendo ao médio alto com 0,643.

Dentre os fatores que justificam essa mudança, está associado aos baixos índices presentes nas outras duas dimensões do ICV, isto é, fatores do



desenvolvimento, mas precisamente os acessos a assistência técnica com índice abaixo da média (0,380); ao crédito (0,454), aos programas do governo (0,464) e aos mercados (0,497).

Figura 11 – ICV sem Produção



Fonte: SGE, 2011.

7. Análise integradora de indicadores e contexto

As percepções das famílias entrevistadas no Território da Cidadania Sertão do Apodi sobre a aplicação das políticas públicas neste território a partir da análise dos componentes de Índice de Condição de Vida –ICV, Identidade Territorial, Capacidades Institucionais, Gestão do Colegiado e Avaliação dos Projetos, possibilitou a compreensão e percepção de desafios e avanços existentes na efetivação da política territorial. Os indicadores trabalhados no decorrer das pesquisas de campo apresentam as principais características do modo de vida dos agricultores familiares do território. Foi percebida a existência



de forte capital social no território onde os atores locais contribuem com os trabalhos em campo, assim como nas discussões do planejamento dos projetos territoriais.

Quando se observa a participação do poder público, essa realidade muda pelo fato de que as representações governamentais não têm participação efetiva nas plenárias do colegiado. Essa fragilidade reflete a baixa capacidade de decisão do colegiado o que dificulta o processo de governança do espaço de articulação institucional de construção e implantação de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar e a economia solidária.

Da Identidade as Condições de Vida

Existem no Território Sertão do Apodi vários fatores que se relacionam com a identidade territorial, em seus múltiplos aspectos levando em consideração as características inerentes a quase toda região do semiárido nordestino. Procura-se elencar aqueles de maior relevância na construção da análise a partir dos índices apresentados. Entre estes, encontram-se: Agricultura Familiar, Economia, Articulação Política Institucional, Ambiente, entre outros, que têm influências marcantes na definição dos índices e na qualidade de vida da população do território.

A partir dos dados das pesquisas nota-se que a produção baseada na agricultura familiar está presente em todos os municípios do território. Ressalta-se a questão da diversificação no processo produtivo que vem ocorrendo com o desenvolvimento das cadeias produtivas e com a transição para a produção agroecológica.

Com relação a economia territorial, vale ressaltar que até o início da década de 1990 havia a agricultura de sequeiro e a monocultura (cultivo do algodão) como principais atividades de subsistência.



A partir do ano 2000 os atores locais começam a debater a produção rural dentro dos princípios da sustentabilidade ambiental e da diversificação produtiva, e a busca de políticas públicas voltadas para o campo, como requisito, começam a surgir o engajamento dessas famílias na criação de associações ou grupos legalmente constituídos, para acessar as políticas voltadas para a Agricultura Familiar e a Economia solidária e também passam a participar dos conselhos e comitês gestores de políticas públicas. Com isso surge o desenvolvimento das cadeias produtivas da apicultura, cajucultura, caprinovinocultura e a produção de polpa de frutas, doces entre outros. Para dá sustentação a esses arranjos produtivos os agricultores contaram com o PRONAF, os programas da EMATER e as capacitações do SEBRAE na qualificação dos atores locais visando qualificar a produção, possibilitando acesso a crédito e aos mercados.

O fortalecimento da agricultura família deve-se também pelo redirecionamento das políticas públicas voltadas para esse setor condicionado pelas políticas de acesso a terra, a água, ao crédito, a criação do Programa de Aquisição de alimento – PAA em conformidade com as discussões e propostas defendidas nos comitês e colegiados territoriais.

Neste processo, destaca-se a integração dos produtores via associações, grupos e cooperativas organizados na produção, beneficiamento e comercialização como fator que mais contribui para a economia territorial, através dos programas de compras governamentais, feiras locais da agricultura familiar e economia solidária e acesso ao mercado com a diversidade de produtos alguns ainda fora dos padrões exigidos pelos órgãos competentes.

No tocante a infraestrutura os agricultores não contam com a efetivação dos projetos do PROINF definidos via colegiado territorial, que ao logo destes seis anos de discussão da política territorial não se encontra nenhum projeto implantado no território.



Para tanto existem no território projetos de infraestrutura, apoiados via EMATER, EMBRAPA, Fundação Banco do Brasil – FBB e SEARA que não é discutido neste colegiado, mesmo estas instituições dispo de parcerias com o MDA, pois existem outros espaços de discussão (comitê da cajucultura do RN, fórum de economia solidária, etc) essas ações não estão integradas ao arranjo institucional do território.

O alto índice que as pesquisas apontam para a questão ambiental reflete a importância dada pelos atores a partir da consciência da sustentabilidade da produção que se soma com a expansão das cadeias produtivas desenvolvida no território. Entre as principais destacam-se: a apicultura, que tem o maior envolvimento social, e contribuído com essa consciência ambiental que a atividade exige para dá um melhor resultado econômico, a cajucultura, a piscicultura, a caprinovinocultura, entre outras, que integram a economia territorial e não causam grandes impactos ambientais.

Quando observa-se o alto índice da identidade a partir dos elementos que a compõem percebe-se a importância que os atores evidencia desde a agricultura familiar, as relações vividas desde as épocas passadas aos dias atuais. Compreendendo a identidade como fator imprescindível para o desenvolvimento de um povo, observa-se que esse território reconhece seus valores culturais, encontrado nos traços do povo, nos festejos religiosos, nas comidas regionais e na forma de pensar e se expressar de cada região.

Com respaldo na pesquisa do ICV identifica-se melhorias nas condições de vida da população. As mesmas têm acesso a escolas, na sua maioria vivem em casa de alvenarias, tem água encanada e dispõem de banheiros em casa. Além disso, quase todos estão equipados com utensílios domésticos como mesa, cadeiras, fogão a gás, armário de cozinha, geladeira etc.

Outro fator que teve influencia significativa nos indicadores das condições de vida diz respeito, a mão de obra familiar que está presente em todo território. No entanto, o acesso a assistência técnica e ao crédito não



estão acessíveis a todos os agricultores, fator que fragiliza o processo produtivo no território. Aliado a isso, está o entrave burocrático e a falta de participação dos gestores públicos municipais no empenho para viabilizar a implantação dos projetos de infraestrutura territorial, o que dificulta a dinamização dos produtos e conseqüentemente a economia territorial.

Entretanto, no caminho entre a construção e implantação das diferentes estratégias da política é indispensável o comprometimento das instituições que executam de forma direta ou indireta, atividades e ações no território. Acredita-se que o fortalecimento da identidade irá contribuir para gestão do colegiado no território. Dessa forma, a população poderá ser consultada e decidir sobre a viabilidade de ações e projetos que venham a ser pensados, com o objetivo de fortalecerem o desenvolvimento sustentável do Território.

Das Capacidades Institucionais as Condições de Vida

Ao considerar o ambiente territorial e seus aspectos de desenvolvimento, depara-se com situações como participação inexpressiva do poder público municipal no colegiado territorial, falhas na implantação e gestão dos projetos, dificuldades de acesso ao crédito e a assistência técnica, entre outras, que merecem uma avaliação para poder compreender as implicações, limitações e possibilidades de resolução de conflitos, com vista a revisão das políticas implementadas no território.

O Sertão do Apodi diferencia dos demais territórios apoiados pela SDT por ter sua maioria composta por membros da sociedade civil. Quanto às condições de vida da população rural percebe-se que vem ocorrendo melhorias, porém, em função dos programas de transferência de renda e aposentarias e não sobre os resultados da produção e da comercialização do território. Mesmo assim, o colegiado é visto como ambiente de articulações institucionais, com o intuito de contribuir com a dinamização econômica do



território e com o fortalecimento da governança nestes espaços. No entanto percebe-se de forma explícita fragilidade na constituição do arranjo institucional entre sociedade civil e poder público. Isto se reflete no andamento da concretização das ações via território. Essa fragilidade reflete a realidade em que se encontram os grupos, associações e cooperativas do território, que tem alguns avanços na produção e no desenvolvimento das cadeias produtivas, mas com sérios problemas na infraestrutura de beneficiamento e conseqüentemente, na comercialização.

Para a efetivação das ações concretas das políticas no território torna-se necessário que haja um espaço de concertação institucional e legal no tocante aos repasses da união para os territórios, para que ocorram de fato avanços na implantação dos projetos de infraestrutura territorial, assim como a integração e diálogo com os demais projetos no âmbito territorial.

Da gestão do colegiado as condições de vida

O colegiado territorial do Sertão do Apodi existe antes mesmo da política dos territórios da SDT. Sua gestão foi marcada ao logo dos anos pela participação expressiva dos representantes da sociedade civil, por sua função primordial que o mesmo tem de realizar o controle social do PDHC. Mesmo assim ao entrevistar os membros deste colegiado identifica-se que o controle social não está entre os assuntos mais tratados nas plenárias e que todo esforço realizado para envolver os representantes do poder público nas ações e decisões deste colegiado ainda não apresenta os resultados esperados.

As ações de melhorias para o desenvolvimento do território dependem de decisões conjuntas da sociedade civil e poder público. E quando se analisa a participação compreendem-se as limitações que tem este território no tocante aos projetos de infraestrutura que são implantados via prefeituras ou secretarias de estado, onde seus representantes, em sua maioria não participam das plenárias do colegiado.



Observa-se que todos os eixos da política territorial têm uma ligação direta com as condições de vida da população do território e todas as ações desde o planejamento, têm objetivos de impactar nas melhorias condições de vida das pessoas. Além das pesquisas, foi realizada a participação de atividade do colegiado onde se percebe ações concretas envolvendo a formação de pessoas no tocante a educação do campo, onde foram realizados ao longo dos dois últimos anos encontros territoriais e 01 Fórum de Educação do Campo envolvendo educadores da zona rural de todos os municípios do território para tratar da temática da educação contextualizada no campo. Também foram criadas 05 turmas do PROJOVEM CAMPO Saberes da Terra trabalhando além do nível de escolaridade a qualificação profissional contextualizada com as cadeias produtivas de cada região.

Merece destaca também as formações e o trabalho discutido via colegiado do manejo da catinga e a produção do algodão em consócio agroecológico com as culturas de sustentação alimentar como feijão, milho e sorgo. E bastante salutar destacar as articulações deste colegiado no tocante a busca de políticas de apoio a comercialização dos produtos da agricultura familiar, pois no território existe atuação de duas bases de serviço para comercialização de cooperativas e associações que efetivamente acessam os programas de compras governamentais PAA e PNAE e atuam também nas feiras locais da agricultura familiar.

8. Propostas e Ações para o Território

- Realizar pesquisa sobre a capacidade produtiva dos empreendimentos econômicos no Território Sertão do Apodi.
- Realizar pesquisas sobre as condições estruturais e sanitárias das infra-estruturas de beneficiamento da produção existentes no território.



- Realizar pesquisas e extensão tecnológica sobre a capacidade de organização e de gestão dos empreendimentos que realizam a comercialização da produção dos associados.
- Realizar maior articulação institucional visando envolver efetivamente os gestores municipais e estaduais e federais na dinâmica territorial através da intervenção da casa civil da presidência da república com o apoio institucional das universidades.
- Utilizar os dados da célula (SGE/FACEM/UERN) para qualificar o plano de Desenvolvimento Territorial e os Planos de cadeias.

ANEXO: Validação de Instrumentos e Procedimentos

Nas próximas pesquisas a serem realizadas, deve-se observar os seguintes pontos:

ICV

Adequar o vocabulário utilizado. Por vezes, torna-se difícil a compreensão das pessoas.

Devem ser elaboradas perguntas que contemplem outros aspectos ambientais como: destino dos resíduos e efluentes domésticos e produtivos dos domicílios, se tem reserva nativa legal, área de preservação permanente, ações relativas a coleta seletiva, áreas degradadas, projetos que desenvolvem atividades de educação ambiental.

No que se refere a educação dos entrevistados, especificar por membros da família e/ou idade e também, o grau de escolaridade (1º, 2º e 3º) se é completo ou incompleto.

Dada a importância dos temas para compor a amostra do ICV, algumas perguntas da 1ª e 2ª instância do questionário deveriam ser aplicadas também aos domicílios sem produção agrícola, tais como: PRIMEIRA INSTÂNCIA - 1.1,



1.2, 3, 3.a ao 3.c, 4, 4.a ao 4.g, 6 e 6.a. SEGUNDA INTÂNCIA - 9, 13, 13.a ao 13.l, 14 e 16.

No quadro com as opções sobre a renda ou os ganhos em dinheiro das famílias deveria desmembrar a opção 13.a, especificando cada atividade. Pois tem entrevistados que tem atividades agrícolas e são pescadores, ou pecuaristas ou extrativista.

Na terceira instância o item 18 poderia ser acrescentado: As condições de acesso a saúde de sua família estão...

Referências

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>.

Acesso em 20 de ago., 2011.

Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável Açú/Mossoró- PTDRS.
Março, 2010.

REBOUÇAS FILHO, Hermano José. Saneamento básico em áreas rurais dos territórios do Sertão do Apodi e do Assú-Mossoró, Rio Grande do Norte. **Monografia** (Ciência e Tecnologia), 34f. Universidade Federal Rural do Semiárido, Mossoró, 2011.

Validação de instrumentos e procedimentos

- Avaliar a aplicabilidade dos instrumentos, observando: redação, ordenamento de quesitos, aspectos não contemplados, procedimentos de aplicação e adequação conceitual.
- Propor, pontualmente, alterações e ajustes nos quesitos dos instrumentos.
- Propor alterações e ajustes nos procedimentos de aplicação dos instrumentos.



Governo do Estado do Rio Grande do Norte
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO
NORTE
Faculdade de Ciências Econômicas
Departamento de Economia



- Avaliar a coerência dos resultados apontados pelos indicadores com base no conhecimento empírico e de outros estudos realizados sobre o território.